RGe ISSN: 2177-3246

CAPTURA EPISTÊMICA NA AGROECOLOGIA ACADÊMICA: MATRIZ ANALÍTICA, SUBEMOTÉPÜBI E VALIDAÇÃO DOS SABERES INDÍGENAS

EPISTEMIC CAPTURE IN ACADEMIC AGROECOLOGY: ANALYTICAL MATRIX, SUBEMOTÉPÜBI AND VALIDATION OF INDIGENOUS KNOWLEDGE

CAPTURA EPISTÉMICA EN LA AGROECOLOGÍA ACADÉMICA: MATRIZ ANALÍTICA, SUBEMOTÉPÜBI Y VALIDACIÓN DE LOS SABERES INDÍGENAS

10.56238/revgeov17n6-025

Verioní Ribeiro Bastos
Doutoranda em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Instituição: Instituto Federal do Ceará (IFCE), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
E-mail: bastos.verioni@ifce.edu.br

Francisco Gauberto Barros dos Santos
Doutor em Fitotecnia
Instituição: Instituto Federal do Ceará (IFCE)
E-mail: gauberto@ifce.edu.br

Verismar Leopoldina Ribeiro Bastos
Pós-Graduada em Educação
Instituição: Prefeitura de Santana do Cariri
E-mail: belbastos001@gmail.com

Vini Gbami Silva Ferreira
Doutor em Ciências
Instituição: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
E-mail: vini.ferreira@univasf.edu.br

RESUMO
Este estudo analisou a epistemologia da agroecologia acadêmica a partir da hipótese de que o campo, embora se afirme crítico ao paradigma produtivista e aberto ao diálogo de saberes, frequentemente, recompõe regimes modernos de validação científica sob nova terminologia. O objetivo foi compreender se a presença de saberes indígenas, tradicionais e territoriais altera estruturalmente os critérios de legitimidade do conhecimento ou se permanece submetida à mediação acadêmica. Foi utilizada a abordagem qualitativa, analítico-comparativa e interdisciplinar, com aplicação da Matriz de Captura Epistêmica e do Índice de Captura Epistêmica a um corpus de trinta estudos acadêmicos selecionados em três sistemas de informação: Cadernos de Agroecologia, Scopus e Google Acadêmico. As dimensões analisadas foram Regime de Validação, Presença Indígena ou Tradicional, Epistemologia Predominante, Autoridade Epistêmica, Relação com o Território, Captura Epistêmica e Microreconhecimento, denominado *subemotépübi*. Os resultados indicaram incidência global de captura epistêmica de 0,73, com maior ocorrência no Google Acadêmico, seguido dos Cadernos de

ISSN: 2177-3246

Agroecologia e da Scopus. A análise demonstrou que a agroecologia acadêmica não constitui campo homogêneo de captura, mas tampouco rompe integralmente com a colonialidade estrutural dos critérios de validação. Em grande parte do corpus, saberes indígenas e territoriais comparecem como referência ou repertório crítico, sem reorganizar efetivamente os centros de autoridade epistemológica. Conclui-se que o conceito-método *Etnoagroecologizar*, fundamentado no *Território-Ente* advindo da experiência com os *Karão Jaguaribaras*, oferece uma vereda de reorganização epistemológica diante do latifúndio do saber na agroecologia acadêmica.

Palavras-chave: Agroecologia Acadêmica. Captura Epistêmica. Epistemologia Indígena. *Território-Ente*. *Etnoagroecologizar*.

ABSTRACT

This study analyzed the epistemology of academic agroecology based on the hypothesis that the field, although it claims to be critical of the productivist paradigm and open to dialogue between different forms of knowledge, frequently recomposes modern regimes of scientific validation under new terminology. The objective was to understand whether the presence of indigenous, traditional, and territorial knowledge structurally alters the criteria for the legitimacy of knowledge or whether it remains subject to academic mediation. A qualitative, analytical-comparative, and interdisciplinary approach was used, applying the Epistemic Capture Matrix and the Epistemic Capture Index to a corpus of thirty academic studies selected from three information systems: Cadernos de Agroecologia, Scopus, and Google Scholar. The dimensions analyzed were Validation Regime, Indigenous or Traditional Presence, Predominant Epistemology, Epistemic Authority, Relationship with the Territory, Epistemic Capture, and Microrecognition, termed subemotépübi. The results indicated a global incidence of epistemic capture of 0.73, with the highest occurrence in Google Scholar, followed by Cadernos de Agroecologia and Scopus. The analysis demonstrated that academic agroecology does not constitute a homogeneous field of capture, but neither does it entirely break with the structural coloniality of validation criteria. In a large part of the corpus, indigenous and territorial knowledge appears as a reference or critical repertoire, without effectively reorganizing the centers of epistemological authority. It is concluded that the concept-method Ethnoagroecologize, grounded in the Territory-Entity derived from the experience with the Karão Jaguaribaras, offers a path of epistemological reorganization in the face of the latifundium of knowledge in academic agroecology.

Keywords: Academic Agroecology. Epistemic Capture. Indigenous Epistemology. Territory-Entity. Ethnoagroecologize.

RESUMEN

Este estudio analizó la epistemología de la agroecología académica partiendo de la hipótesis de que el campo, si bien se declara crítico del paradigma productivista y abierto al diálogo entre diferentes formas de conocimiento, frecuentemente recompone regímenes modernos de validación científica bajo nueva terminología. El objetivo fue comprender si la presencia de conocimiento indígena, tradicional y territorial altera estructuralmente los criterios de legitimidad del conocimiento o si este permanece sujeto a la mediación académica. Se empleó un enfoque cualitativo, analítico-comparativo e interdisciplinario, aplicando la Matriz de Captura Epistémica y el Índice de Captura Epistémica a un corpus de treinta estudios académicos seleccionados de tres sistemas de información: Cadernos de Agroecologia, Scopus y Google Scholar. Las dimensiones analizadas fueron Régimen de Validación, Presencia Indígena o Tradicional, Epistemología Predominante, Autoridad Epistémica, Relación con el Territorio, Captura Epistémica y Microreconocimiento, denominado subemotépübi. Los resultados indicaron una incidencia global de captura epistémica de 0,73, con la mayor frecuencia en Google Scholar, seguida de Cadernos de Agroecologia y Scopus. El análisis demostró que la agroecología académica no constituye un campo de captura homogéneo, pero tampoco rompe por completo con la

colonialidad estructural de los criterios de validación. En gran parte del corpus, el conocimiento indígena y territorial aparece como repertorio de referencia o crítico, sin que ello suponga una reorganización efectiva de los centros de autoridad epistemológica. Se concluye que el concepto-método Etnoagroecología, fundamentado en la Entidad-Territorio derivada de la experiencia con los Jaguaríbaras del Karão, ofrece una vía de reorganización epistemológica frente al latifundio del conocimiento en la agroecología académica.

Palabras clave: Agroecología Académica. Captura Epistémica. Epistemología Indígena. Entidad-Territorio. Etnoagroecología.

> [...] nem os cientistas agrícolas nem os agroecólogos estão conscientes da subordinação de suas pesquisas [...] muitos pesquisam seguindo o método dominante.
>
> (Norgaard; Sikor, 2002).

1 INTRODUÇÃO

A agroecologia acadêmica ocupa um lugar ambíguo no interior das disputas contemporâneas sobre conhecimento, território e produção da vida. De um lado, apresenta-se como crítica ao paradigma produtivista, à Revolução Verde, ao difusionismo técnico e à fragmentação disciplinar. De outro, muitas vezes permanece inscrita nos mesmos protocolos de validação que declara tensionar. Essa tensão não é lateral; constituiu o próprio problema deste estudo.

A questão central não consiste em negar a importância da agroecologia como campo científico, político e territorial. Consiste em examinar se, no interior de sua produção acadêmica, há deslocamento estrutural dos regimes modernos de validação ou apenas recomposição de sua gramática sob vocabulário crítico. A pergunta decisiva é menos o que os textos afirmam sobre pluralidade epistêmica e mais quem define o problema, quem estabelece o método, quais critérios de validade são mobilizados e que lugar é atribuído aos saberes indígenas, tradicionais e territoriais.

A posição analítica adotada parte da *rescordia* (BASTOS, 2026). Esse lugar não corresponde à distância abstrata em relação à academia, tampouco à adesão sem tensão aos seus critérios consagrados. Trata-se de atravessar o campo por dentro, observando suas vigências silenciosas, seus centros de tradução e suas formas de reconhecimento parcial. Escreve-se à Academia e sobre ela, mas a partir da experiência epistemológica dos *Karão Jaguaribaras*.

Nessa perspectiva, a agroecologia acadêmica é interrogada em sua capacidade de redistribuir autoridade epistêmica. A presença de saberes indígenas e tradicionais nos textos não é tomada, por si só, como evidência de ruptura. A análise parte da hipótese de que esses saberes podem ser admitidos como fonte, repertório, ilustração, experiência empírica ou símbolo de descolonização, sem que ocupem o lugar de critério estruturante de conhecimento.

É nesse descompasso entre enunciação crítica e validação efetiva que emerge o conceito de *subemotépübi*. O termo designa o microreconhecimento conferido a saberes e sujeitos não hegemônicos quando estes são formalmente admitidos, mas permanecem impedidos de organizar o método, a autoridade e o regime de validade do texto. O reconhecimento existe, mas não desloca efetivamente o centro epistemológico da produção acadêmica.

O objetivo deste estudo foi analisar o regime epistemológico predominante na agroecologia acadêmica por meio da Matriz de Captura Epistêmica e do Índice de Captura Epistêmica, observando como a produção analisada perfilha, agrupa, subordina ou enlaça conhecimentos, práticas e ontologias

indígenas e tradicionais. O corpus é composto por trinta trabalhos selecionados intencionalmente entre Cadernos de Agroecologia, Scopus e Google Acadêmico, a partir de uma busca inicial de 372 registros.

A contribuição do artigo se organiza em três planos. No plano epistemológico, identifica a persistência da colonialidade estrutural nos critérios de validação do conhecimento agroecológico. No plano metodológico, apresenta a Matriz de Captura Epistêmica e o Índice de Captura Epistêmica como instrumentos de leitura comparativa. No plano político-epistêmico, propõe o *Etnoagroecologizar* como conceito-método capaz de responder ao diagnóstico da captura, deslocando a validação do conhecimento para uma relação situada com o *Território-Ente* (Bastos, 2025; 2026).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CATEGORIAS ANALÍTICAS

As categorias analíticas mobilizadas neste artigo não funcionam como repertório abstrato. *Território-Ente*, *Etnoagroecologizar*, *rescordia*, *subemotépübi* e *neoutilitarismo digital* são conceitos próprios, formulados pela autora no curso da pesquisa e tratados como elaboração autoral em circulação acadêmica no prelo (Bastos et al., 2025a; Bastos et al., 2025b). Eles nasceram menos como palavras novas do que como necessidade de nomear aquilo que, sem nome, continua passando como normalidade: a captura silenciosa, a concessão mínima, a tradução que abraça e, ao mesmo tempo, desarma.

Para evitar dispersão terminológica, este artigo toma como eixo central a Matriz de Captura Epistêmica, o Índice de Captura Epistêmica e o *subemotépübi*. As demais categorias operam como sustentação interpretativa. *Rescordia* situa o lugar de enunciação; *neoutilitarismo digital* auxilia a leitura da circulação científica; *Território-Ente* fundamenta o deslocamento ontológico; e *Etnoagroecologizar* formula a resposta metodológica ao diagnóstico da captura. A arquitetura é, portanto, concentrada: poucos conceitos conduzem a análise, enquanto os demais abrem as passagens necessárias para que o campo não seja lido apenas por sua superfície discursiva.

A primeira categoria de sustentação é *rescordia*. Ela designa o lugar de fricção entre paradigmas que não se anulam nem se harmonizam artificialmente. A *rescordia* permite observar a agroecologia acadêmica por dentro, sem abandonar a crítica, e por fora, sem simular exterioridade absoluta. É o espaço no qual a tese se coloca diante da Academia: não para recusá-la integralmente, mas para revelar as condições sob as quais ela reconhece, traduz ou sequestra saberes originários. Nessa borda, o desacordo deixa de ser ruído e passa a ser método de escuta.

A segunda categoria é *neoutilitarismo digital*. No capítulo de origem, esse conceito é articulado aos paradigmas do utilitarismo de Bentham (1974) e Mill (1859) e designa o regime contemporâneo de circulação científica mediado por indexação, ranqueamento, recorrência e adequação formal.

Ainda que algoritmos e bases não possuam intenção própria, sua lógica favorece produções ajustadas a formatos estabilizados de cientificidade. Assim, investigar a agroecologia acadêmica exige perguntar não apenas o que se publica, mas o que se torna visível, repetível e reconhecível como ciência.

A terceira categoria é *subemotépübi*. O termo designa o microreconhecimento conferido a sujeitos, saberes e ontologias indígenas ou tradicionais quando estes aparecem no texto, mas não reorganizam sua autoridade epistêmica. O *subemotépübi* ocorre quando a presença indígena é admitida como fonte, símbolo, experiência ou repertório, enquanto a validação final permanece acadêmica, técnica ou institucional. Trata-se de uma presença reconhecida formalmente, mas não autorizada a deslocar o centro de validação do conhecimento.

A quarta categoria é *Território-Ente*. No horizonte dos *Karão Jaguaribaras*, o território não é cenário, contexto, recurso ou variável produtiva. É presença viva, memória ativa e instância normativa de orientação das práticas e dos saberes. Quando o território é reconhecido como Ente, desloca-se o próprio regime de validação, pois a verdade deixa de ser apenas demonstrada por protocolo externo e passa a ser vivida, situada e regulada pelas relações que sustentam a continuidade coletiva.

A quinta categoria é *Etnoagroecologizar*. O conceito nasce como substantivo-ação e conceito-método, vinculado à experiência com a onto-epistemologia dos *Karão Jaguaribaras*. Etnoagroecologizar consiste em analisar a prática agroecológica articulada à sua dimensão ontológica, epistêmica, simbólica, ancestral e comunitária.

Não se trata de aplicar a agroecologia a povos originários, mas de reconhecer que o cultivo, a educação, a cosmologia, a territorialidade e a transmissão formam uma mesma tessitura de existência e saber. Sua função neste artigo é responder ao problema identificado pela matriz: se a captura concentra a autoridade epistêmica na gramática acadêmica, o *Etnoagroecologizar* desloca a validação para o território, para a memória coletiva e para os modos próprios de produzir conhecimento.

2.2 AGROECOLOGIA ACADÊMICA E COLONIALIDADE ESTRUTURAL

A agroecologia acadêmica se alimenta historicamente da resistência de comunidades tradicionais, da crítica ao paradigma produtivista e da denúncia dos efeitos socioambientais da modernização agrícola. Entretanto, essa origem crítica não garante, por si só, ruptura epistemológica com os regimes de validação herdados da modernidade eurocentrada. O campo pode incorporar a linguagem da pluralidade sem redistribuir a autoridade que decide o que conta como conhecimento.

Essa tensão já se anuncia na advertência de Norgaard e Sikor (2002), quando indicam que cientistas agrícolas e agroecólogos nem sempre estão conscientes da subordinação de suas pesquisas ao método dominante. A crítica ao produtivismo não significa, necessariamente, crítica aos modos de validação científica que sustentam a própria organização da pesquisa.

O problema, portanto, não reside apenas na ausência de povos originários ou comunidades tradicionais no corpus. Em muitos casos, eles aparecem. A questão é o modo como aparecem: como contexto empírico, recurso cultural, exemplo de prática sustentável, testemunho, ancestralidade evocada como autoridade epistêmica efetivamente capaz de reorganizar o método e os critérios de validação do conhecimento. A diferença entre presença e autoridade é o eixo da análise.

Nesse sentido, a colonialidade estrutural da agroecologia acadêmica não se manifesta apenas em declarações explícitas de superioridade científica. Ela opera por vigências silenciosas, critérios naturalizados de validação e formas reiteradas de tradução que mantêm a gramática acadêmica como instância final de inteligibilidade. Mesmo quando o texto celebra saberes tradicionais, pode reinscrevê-los na condição de objeto de interpretação, e não de fundamento estruturante do próprio regime epistemológico.

2.3 MATRIZ DE CAPTURA EPISTÊMICA E ÍNDICE DE CAPTURA EPISTÊMICA

A Matriz de Captura Epistêmica foi construída como instrumento de codificação qualitativa ordinal. Sua finalidade é identificar, em cada trabalho do corpus, o lugar ocupado pelos saberes indígenas, tradicionais e territoriais no interior do regime de validação científica. A matriz não mede apenas presença ou ausência; busca localizar quem define o problema, quem valida o conhecimento e que função é atribuída ao território.

Foram estabelecidas sete dimensões analíticas: Regime de Validação (RV), Presença Indígena ou Tradicional (PI), Epistemologia Predominante (E), Autoridade Epistêmica (AE), Relação com o Território (RT), Captura Epistêmica (CE) e Microreconhecimento, ou *subemotépübi* (MR).

No Regime de Validação, a escala vai de RV1 a RV5. RV1 indica validação acadêmica exclusiva; RV2, validação acadêmica com incorporação referencial de saberes indígenas ou tradicionais; RV3, validação híbrida assimétrica; RV4, validação híbrida compartilhada; e RV5, validação territorial-indígena estruturante.

Na Presença Indígena ou Tradicional, PI0 indica ausência; PI1, menção superficial; PI2, incorporação empírica; PI3, participação analítica; e PI4, protagonismo epistêmico. Essa dimensão permite distinguir a mera evocação de sujeitos indígenas ou tradicionais de sua atuação efetiva na arquitetura do conhecimento produzido.

Na Epistemologia Predominante, foram adotadas quatro categorias: EA, epistemologia acadêmica; EH, epistemologia híbrida; ET, epistemologia territorial; e EI, epistemologia indígena. Quanto à Autoridade Epistêmica, AE1 corresponde à autoridade acadêmica; AE2, técnico-institucional; AE3, comunitária; AE4, compartilhada; e AE5, indígena.

A Relação com o Território foi classificada de RT0 a RT5. RT0 indica ausência do território como dimensão analítica; RT1, território como contexto; RT2, território como recurso; RT3, território

como relação sociocultural; RT4, território como instância normativa; e RT5, território reconhecido como *Território-Ente*.

Na Captura Epistêmica, CE0 indica ausência de captura; CE1, extração conceitual; CE2, tradução acadêmica; CE3, apagamento epistêmico; e CE4, colonialidade metodológica. Por fim, o Microreconhecimento foi classificado como MR0, inexistente; MR1, simbólico; MR2, parcial; e MR3, explícito coletivo.

O Índice de Captura Epistêmica (ICE) foi calculado a partir da variável Captura Epistêmica. Consideraram-se ocorrências de captura todos os trabalhos classificados nas categorias CE1, CE2, CE3 e CE4. Os trabalhos classificados como CE0 permaneceram no denominador, mas não integraram o numerador. A fórmula utilizada foi:

$$ICE = \frac{(nCE1 + nCE2 + nCE3 + nCE4)}{N.} \quad (1)$$

Esse índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 0, menor a incidência de captura epistêmica; quanto mais próximo de 1, maior a recorrência de formas de captura no corpus. O índice não pretende medir a intensidade diferenciada entre modalidades de captura. Sua função é oferecer uma síntese comparativa da frequência de captura epistêmica entre bases documentais, conjuntos analíticos e tendências gerais do corpus.

3 METODOLOGIA

> Em conformidade com a Portaria CNPq nº 2.664/2026, declara-se o uso do agente autônomo Manus AI (versão 1.6 Max) na etapa de análise de dados. A ferramenta foi utilizada para a automação e execução direta de scripts de limpeza de dados em ambiente virtual. Os parâmetros estatísticos aplicados, a validação dos códigos gerados e a interpretação crítica de todos os resultados finais foram conduzidos integralmente pelos autores humanos

A pesquisa adota abordagem qualitativa, analítico-comparativa e interdisciplinar. O desenho metodológico foi estruturado para examinar os regimes de validação presentes na produção da agroecologia acadêmica, com atenção ao tratamento conferido aos saberes indígenas, tradicionais e territoriais, às ontologias, à transmissão do conhecimento e à autoridade epistêmica atribuída aos sujeitos do campo.

A estratégia de busca foi delineada com o objetivo de constituir um corpus comparável de publicações acadêmicas em agroecologia. Foram selecionados três sistemas de informação: Cadernos de Agroecologia, pela centralidade no campo agroecológico brasileiro; Scopus, pela função de indexação internacional; e Google Acadêmico, pela amplitude de recuperação documental.

A busca utilizou, nas três bases, os mesmos descritores temáticos associados à agroecologia acadêmica, à construção do conhecimento, à educação para agroecologia, à epistemologia, aos saberes tradicionais, aos saberes indígenas, ao território e ao conhecimento tradicional.

A solicitação foi realizada em português, francês, inglês e espanhol, de modo a ampliar a recuperação de trabalhos vinculados ao debate agroecológico em diferentes circuitos linguísticos. Foram empregados operadores booleanos E (AND) e OU (OR), com o objetivo de assegurar rastreabilidade metodológica e pertinência temática do corpus.

O universo inicial reuniu 372 trabalhos: 117 dos Cadernos de Agroecologia, 183 da Scopus e 72 do Google Acadêmico. Em razão do volume identificado, foi realizada uma seleção analítica intencional de trinta trabalhos, distribuídos equitativamente entre os três sistemas: dez dos Cadernos de Agroecologia, dez da Scopus e dez do Google Acadêmico.

A seleção priorizou textos com maior correspondência temática aos descritores, acesso ao conteúdo, pertinência ao debate epistemológico e distribuição equilibrada entre as três bases. Os critérios de inclusão e exclusão derivaram diretamente dos descritores utilizados, sendo incluídos os trabalhos que apresentavam aderência ao campo da agroecologia acadêmica e às discussões sobre epistemologia, território, saberes indígenas, saberes tradicionais e construção do conhecimento; foram excluídos os textos sem correspondência temática suficiente ou sem acesso mínimo ao conteúdo necessário para codificação.

Ainda assim, reconhece-se que não se trata de revisão sistemática exaustiva, mas de análise qualitativa-comparativa de corpus intencional. Nos Cadernos de Agroecologia, é importante registrar que muitos trabalhos são resumos expandidos, com extensão reduzida e, em alguns casos, ausência de resumo ou texto completo.

Cada trabalho selecionado constituiu uma unidade de análise e foi codificado segundo as sete dimensões da Matriz de Captura Epistêmica. A codificação foi qualitativa ordinal, aplicada por uma única pesquisadora, baseada em descritores operacionais previamente estabilizados, de modo a reduzir oscilações impressionistas e tornar mais rastreável a comparação entre os segmentos do corpus. A leitura foi integral sempre que o texto completo estava disponível; nos casos em que a publicação se restringia a resumo expandido ou apresentava limitações de acesso, a codificação considerou a leitura do resumo expandido e dos elementos textuais disponíveis.

Cada unidade textual foi lida segundo perguntas-guia destinadas a tornar a matriz mais auditável: quem valida o conhecimento? Quem fala e a partir de qual lugar epistêmico? Qual saber organiza o argumento? O território aparece como cenário, recurso, relação sociocultural, instância normativa ou Ente? Há captura, tradução, apagamento ou deslocamento epistêmico? Essas perguntas orientaram a passagem da leitura qualitativa à codificação ordinal, permitindo que a matriz não

operasse como marcação impressionista, mas como instrumento comparativo de análise dos regimes de validação.

O procedimento metodológico assume, ainda, uma tensão própria da pesquisa: utilizar protocolos demonstrativos exigidos pela academia eurocentrada para fissurar sua própria vigência. Não se trata de adesão plena ao regime de validação dominante, mas de operação de sobrevivência intelectual e política. Nesse horizonte, a matriz funcionou simultaneamente como instrumento analítico e como crítica às próprias condições acadêmicas de legitimação do conhecimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 DISTRIBUIÇÃO DA CAPTURA EPISTÊMICA NO CORPUS

A aplicação da Matriz de Captura Epistêmica aos trinta trabalhos permitiu identificar a distribuição das formas de captura, mediação, reconhecimento parcial e deslocamento epistêmico no corpus. A incidência global de captura epistêmica foi de 0,73, resultado de vinte e dois trabalhos classificados nas categorias CE1, CE2, CE3 ou CE4 em um universo de trinta unidades analisadas.

Quadro 1. Síntese do Índice de Captura Epistêmica por base analisada.

Base analitícia	Trabalhos	Captura epistêmica	ICE	Tendência predominante
Cadernos de Agroecologia	10	7	0,70	Diálogo de saberes com mediação
Scopus	10	6	0,60	Gradiente entre crítica institucionalizada e fissuras territoriais
Google Acadêmico	10	9	0,90	Aproximação a saberes situados com alta extração conceitual
Total	30	22	0,73	Captura epistêmcia: predominante.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Esse resultado indica que a captura epistêmica aparece como tendência predominante, embora não absoluta. O corpus não revela uma totalidade homogênea de captura, mas um gradiente de posições em que a validação acadêmica dominante, a tradução conceitual e o reconhecimento parcial convivem com experiências de fissura, partilha e, em poucos casos, deslocamento mais denso da autoridade epistêmica.

A distribuição por segmento mostrou maior incidência de captura no Google Acadêmico, com ICE de 0,90. Os Cadernos de Agroecologia apresentaram ICE de 0,70, enquanto a Scopus registrou ICE de 0,60. Essa distribuição não deve ser lida como hierarquia simples entre bases, mas como indicação de modos distintos de circulação, indexação e mediação do conhecimento.

No Google Acadêmico, a amplitude de recuperação documental revelou formas mais ambíguas de captura. Muitos textos aproximam-se de saberes situados, indígenas e territoriais, mas não rompem plenamente com a moldura acadêmica que organiza, traduz e legitima a interpretação. A captura, nesse

bloco, concentra-se menos em apagamento frontal e mais em extração conceitual e reconhecimento parcial.

Nos Cadernos de Agroecologia, a produção aparece frequentemente vinculada à prática, aos processos formativos, às experiências coletivas e às territorialidades. Entretanto, a proximidade com o território e com a linguagem do diálogo de saberes nem sempre altera o regime de validação predominante. Em muitos casos, os saberes territoriais comparecem como experiências relatadas, práticas exemplificadoras ou evidências empíricas de processos classificados como agroecológicos.

Na Scopus, observou-se gradiente mais nítido entre textos de alta captura, formulações críticas institucionalizadas e casos pontuais de maior densidade territorial ou indígena. Mesmo quando as pesquisas adotam metodologias insurgentes ou críticas, a gramática acadêmica frequentemente permanece como instância final de tradução e legitimação. Isso sugere que a crítica epistemológica pode coexistir com estruturas persistentes de centralização da autoridade científica.

4.2 MICRORECONHECIMENTO E AUTORIDADE EPISTÊMICA

O resultado mais relevante da matriz não está apenas na frequência da captura, mas no lugar atribuído aos saberes indígenas e tradicionais quando eles entram no texto acadêmico. A presença desses saberes não equivale, necessariamente, à redistribuição da autoridade epistêmica. Muitas vezes, eles atravessam a página como referência respeitada, prática exemplar, memória de resistência ou repertório ético, mas a chave que abre e fecha a legitimidade permanece guardada pela gramática acadêmica.

É nesse ponto que o *subemotépübi* se torna visível. Ele aparece quando povos originários, comunidades tradicionais ou saberes territoriais são mencionados como importantes, ancestrais, sustentáveis ou resistentes, mas não assumem a função de estabelecer os critérios de verdade, validade e interpretação. Eles entram no texto, mas não comandam sua arquitetura. São reconhecidos, discursivamente, porém não autorizados a reorganizar o centro epistemológico da produção científica.

A análise demonstrou que mesmo a autoria indígena, quando presente, não garante automaticamente transferência substancial de autoridade epistêmica. Um texto pode conter autoria indígena e, ainda assim, permanecer submetido a protocolos acadêmicos que traduzem, estabilizam e validam a experiência segundo critérios externos. Em contrapartida, a auditoria também mostrou que a matriz inicial havia sido conservadora ao reconhecer densidades epistêmicas efetivamente presentes em parte do corpus. O campo analisado, portanto, não se reduz a uma dinâmica homogênea de captura.

Essa ambivalência é central. A captura epistêmica não depende apenas de quem assina o texto, mas de quem define o problema, quem orienta o método, qual ontologia estrutura a interpretação e qual regime de validação prevalece.

Por isso, a Matriz de Captura Epistêmica não mede apenas presença, ela mede, também, posição. Ela pergunta quem fala, quem valida, quem traduz e quem permanece como objeto de tradução. A pergunta parece simples, mas seu efeito consiste em tensionar os mecanismos silenciosos de legitimação que sustentam a autoridade acadêmica.

4.3 O LATIFÚNDIO DO SABER NA AGROECOLOGIA ACADÊMICA

A síntese crítica dos resultados permite compreender a agroecologia acadêmica como campo atravessado por linhas de concentração, mediação e fissura. Não se trata de um espaço homogêneo de captura total, nem de território já emancipado de suas heranças eurocêntricas. O que se evidencia é um gradiente de posições em que a legitimidade do saber se distribui de maneira desigual.

A expressão "latifúndio do saber" nomeia essa concentração de autoridade. Assim como o latifúndio territorial concentra a terra e regula o acesso à produção, o latifúndio acadêmico concentra os critérios de validação e regula o acesso à legitimidade científica. Os saberes indígenas e tradicionais podem circular nesse espaço, mas frequentemente o fazem por corredores estreitos de tradução e reconhecimento condicionado.

Em certas vertentes, a autoridade epistêmica permanece concentrada nos protocolos acadêmicos e técnico-institucionais. Em outras, surgem composições híbridas nas quais referências territoriais e indígenas comparecem de modo mais denso, embora nem sempre estruturante. Em raros casos, observam-se deslocamentos mais consistentes em direção à partilha efetiva da validade do conhecimento.

Esse panorama impede tanto a celebração apressada de uma pluralidade já consumada quanto a redução do campo a uma totalidade uniforme de captura. Ao mesmo tempo, permite reconhecer que existem fissuras, negociações e deslocamentos parciais no interior da própria agroecologia acadêmica. Ainda assim, a análise demonstra que a crítica à colonialidade não se converte automaticamente em reorganização dos critérios de validação. Em larga medida, o campo continua operando por centros de tradução, corredores de legitimidade e zonas de mediação em que os saberes indígenas são admitidos, mas reinscritos sob gramática acadêmica dominante.

4.4 ETNOAGROECOLOGIZAR COMO VEREDA METODOLÓGICA

Em contraponto ao *subemotépübi*, a experiência com os *Karão Jaguaribaras* possibilitou estruturar uma configuração distinta de etnografar e epistemologizar o Outro. Essa configuração nomeamos como *Etnoagroecologizar*. O conceito não se apresenta como adorno teórico, nem como fechamento poético do diagnóstico. Ele responde diretamente ao resultado da matriz: onde a agroecologia acadêmica reconhece saberes indígenas sem deslocar seus centros de validação, o *Etnoagroecologizar* propõe redistribuir os critérios de autoridade a partir do *Território-Ente*.

O *Etnoagroecologizar* foi gerado no curso da pesquisa como substantivo-ação e conceito-metodológico. Trata-se de analisar a prática agroecológica em sua dimensão ontológica, epistêmica, simbólica, ancestral e comunitária, tomando como referência as experiências dos *Karão Jaguaribaras*. Nesse horizonte, cultivar, educar, transmitir, escutar e habitar o território não são dimensões separadas; constituem uma mesma tessitura de existência, um conjunto de paramêtros epistemológicos.

O processo com essa etnia atravessa a experiência de *être affectée*, em diálogo com Favret-Saada (1977), como tessitura em que as interações se consolidam nos diálogos recíprocos, nos entremeios das observações e, muitas vezes, no silêncio. A pesquisa não se organiza como coleta externa de dados, mas como implicação situada, na qual a presença da pesquisadora é também atravessada pelo território, pelos tempos e pelas relações.

Nesse horizonte, *Território-Ente* ganha centralidade. Ele não se limita a uma categoria interpretativa; constitui fundamento ontológico da própria pesquisa. O território participa da constituição do conhecimento, regula relações, organiza tempos e define limites éticos do cultivo e da convivência. Quando reconhecido como Ente, desloca-se o regime de validação, pois a verdade não é apenas demonstrada, mas vivida e situada.

O *Etnoagroecologizar*, portanto, não propõe apenas nova nomenclatura para práticas agroecológicas. Propõe reorganizar os critérios de validação e produção de conhecimento a partir de parâmetros não colonizados de existência, cultivo e educação no *Território-Ente*. É nesse ponto que o diagnóstico da captura se converte em passagem para uma proposição epistemológica própria: a crítica ao latifúndio do saber deixa de operar apenas como denúncia e passa a indicar uma metodologia de devolução, escuta e coautoria territorial.

5 CONCLUSÃO

O artigo analisou a agroecologia acadêmica a partir da tensão entre sua autodeclaração crítica e seus regimes efetivos de validação. A aplicação da Matriz de Captura Epistêmica e do Índice de Captura Epistêmica permitiu observar que o campo não se apresenta como totalidade homogênea, mas como espaço atravessado por captura, mediação, reconhecimento parcial, fissuras e deslocamentos pontuais. Há veredas. Há cercas. Há também passagens estreitas por onde a autoridade epistêmica começa a se mover.

O resultado global do ICE, igual a 0,73, indica que a captura epistêmica permanece predominante no corpus analisado. A presença de saberes indígenas, tradicionais e territoriais não garante, por si só, redistribuição da autoridade epistêmica. Em grande parte dos textos, esses saberes comparecem como referência, repertório ou fonte empírica, enquanto os critérios de validação permanecem vinculados à gramática acadêmica dominante. O reconhecimento, quando não altera os

regimes de validação e os critérios metodológicos do conhecimento, corre o risco de operar apenas como ornamento crítico.

A análise do *subemotépübi* revelou que ele pode operar como forma sutil de manutenção da colonialidade. Reconhece-se o saber, mas não se desloca o centro que o interpreta; admite-se a presença, mas não se redistribui a autoridade; invoca-se o território, mas nem sempre se permite que ele opere como instância normativa do conhecimento. A fissura existe, mas nem toda fissura rompe a parede. Algumas apenas permitem que a parede continue respirando.

Dessa forma, a expressão "latifúndio do saber" sintetiza essa configuração. A agroecologia acadêmica, mesmo quando crítica ao produtivismo, pode manter concentrados os critérios de legitimidade científica.

Entretanto, o corpus também revela fissuras: há textos em que saberes indígenas, territoriais ou comunitários não comparecem apenas como objeto, mas como fundamento da produção do conhecimento. Essa diferença é decisiva, pois desloca a análise da presença para a autoridade, da inclusão para a validação, da escuta declarada para a reorganização efetiva do campo.

É nesse intervalo entre captura e fissura que o *Etnoagroecologizar* emerge como vereda metodológica. A experiência com os *Karão Jaguaribaras*, estruturada a partir do *Território-Ente*, permite propor uma epistemologia ativa, situada e relacional, capaz de tensionar os protocolos que mantêm a vigência intelectual das ideias estabelecidas.

O artigo conclui que a superação do latifúndio do saber na agroecologia acadêmica exige mais do que diálogo de saberes: exige redistribuição efetiva da autoridade epistêmica, reconhecimento do território como Ente e construção de critérios de validação que não sequestram os conhecimentos originários sob a forma de tradução acadêmica.

Como contribuição metodológica, a Matriz de Captura Epistêmica e o Índice de Captura Epistêmica podem ser adaptados a outros campos interdisciplinares que se declaram pluriepistêmicos, interculturais ou decoloniais, mas permanecem organizados por critérios acadêmico-centrados de validação.

Assim, sua pertinência não está em produzir medida neutra da captura, e sim em tornar visíveis as formas pelas quais o reconhecimento de saberes não hegemônicos pode coexistir com a permanência de centros coloniais de autoridade. O horizonte do artigo, portanto, não é encerrar a discussão, mas abrir passagem para que a crítica opere como instrumento de escuta e para que a escuta possa reorganizar os modos de produzir e validar o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. (org.). Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BASTOS, Verioní Ribeiro; FERREIRA, Vini Silva; DOS SANTOS, Francisco Gauberto Barros; BASTOS, Verismar Leopoldina Ribeiro. TECNOLOGIA ETNOCENTRADA: FIBRA DA BANANEIRA, RECIPROCIDADE E CRÍTICA AO RESÍDUO AGROINDUSTRIAL. Revista de Geopolítica, [S. l.], v. 17, n. 5, p. e2500 , 2026. DOI: 10.56238/revgeov17n5-133. Disponível em: https://revistageo.com.br/revgeo/article/view/2500. Acesso em: 1 jun. 2026.

BASTOS, Verioní Ribeiro; SANTOS, Francisco Gauberto Barros dos; FERREIRA, Vini Silva; LEITE, Daniel de Carvalho; ALMEIDA, Josefa Maria Silva de. A experiência do Programa do IFCE: Agroecologia emancipadora sobre os parâmetros epistemológicos dos povos autóctones e quilombolas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 13., 2025, Juazeiro. Anais [...]. Juazeiro da Bahia: Associação Brasileira de Agroecologia, no prelo.

BASTOS, Verioní Ribeiro; SANTOS, Francisco Gauberto Barros dos; FERREIRA, Vini Silva; BLANCO, Oliver Humberto Naves; MEDEIROS, Jonas dos Santos; BASTOS, Verismar Leopoldina Ribeiro. Intercâmbios sócio-biomáticos para a regeneração de saberes: práticas etnoagroecológicas com povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares do Cariri e Sertão Central do Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 13., 2025, Juazeiro da Bahia. Anais [...]. Juazeiro: Associação Brasileira de Agroecologia, no prelo.

BENTHAM, Jeremy. Uma introdução aos princípios da moral e da legislação. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Les mots, la mort, les sorts. Paris: Gallimard, 1977.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. Estrutura social da república das letras. São Paulo: Edusp, 1968.

MILL, John Stuart. On liberty. London: John W. Parker and Son, 1859.

MILL, John Stuart. Utilitarianism. London: Parker, Son, and Bourn, 1863.

NORGAARD, Richard B.; SIKOR, Thomas O. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, Miguel A. (org.). Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.